SULSOCIAL - ASSOCIAÇÃO

RELATÓRIO E CONTAS
2025

RELATÓRIO GESTÃO

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS

ANEXO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO

SULSOCIAL - ASSOCIAÇÃO

Relatório de gestão

Período findo em 31 de dezembro de 2025

Índice

1	INTRODUÇÃO	3
2	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DA	4
2.1	A NÍVEL NACIONAL	**Erro! Marcador não definido.**
2.2	A Nível do Setor	7
3	ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	7
3.1	ESTRUTURA DE RENDIMENTOS	7
3.2	Estrutura de Gastos	8
3.3	PESSOAL	8
3.4	EBITDA e Resultado líquido do período	9
3.5	AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO	9
4	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	10
4.1	Posição financeira	10
4.2	Indicadores de Gestão	11
4.3	Rácios financeiros mais relevantes	11
4.4	Análise Económica	11
5	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	12
6	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA	12
7	COMPROMISSOS FINANCEIROS	13
7.1	Acontecimentos após a data do balanço que não deram origem a ajustamentos	13
8	OUTRAS INFORMAÇÕES / cumprimento de obrigações legais e regulamentares	
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	14

1 INTRODUÇÃO

A SULSOCIAL, iniciou a sua atividade operacional em Julho de 2015, com um acordo de cooperação com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, para 8 utentes no serviço de apoio domiciliário e capacidade de resposta licenciada para 45 e acordo para centro de dia e licenciamento para 50 utentes

O investimento proposto para as obras, equipamentos e veículos de transportes de idosos foi de 235.604,76€, tendo sido apenas considerado elegível em sede de gestão do PRODER – 80.532,17€, comparticipado a 75% o que equivale ao montante de 60.391,62€, ficando a entidade responsável pelos restantes 25% mais o IVA.

Como houve uma redução significativa do investimento proposto e houve investimentos que não foram elegíveis, reformulou-se o projeto de forma a ser exequível de acordo com o despacho da ADRIMAG.

A Instituição recorreu ao Fundo de Socorro Social na tipologia de Equilíbrio Financeiro para fazer face a dívidas a fornecedores.
O pedido foi aprovado em 14/11/2022, no valor de 14.971,37 euros o qual apenas teve provimento em 2023.

Atualmente a Associação está a prestar serviços de apoio domiciliário a cerca de 25 utentes, tendo o protocolo com a Segurança Social sido alargado para 15 utentes a partir de Setembro de 2022.

A instituição candidatou-se em Janeiro de 2021 ao programa PARES, para alargamento dos seus serviços, nomeadamente para o Centro de Dia. Esta candidatura foi indeferida por falta de provimento e inadequação das instalações.

O presente relatório de gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2025.

É elaborado nos termos do sistema contabilístico para as entidades do setor não lucrativas (ESNL) e contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição financeira da Associação, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Associação se defronta.

2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO.

A atividade económica em Portugal cresceu 2,0% em 2025, e deverá crescer 2,3% em 2026, 1,7% em 2027 e 1,8% em 2028, e a inflação deverá estabilizar em torno de 2% no horizonte de projeção.

A economia portuguesa continua a crescer a um ritmo robusto num enquadramento externo marcado por tensões comerciais, incerteza elevada e apreciação do euro. O impacto destes choques tem sido amortecido pelo alívio das condições financeiras, pelo aumento dos fundos da UE e pela orientação expansionista da política orçamental. O mercado de trabalho permanece resiliente, com o emprego em níveis máximos e uma taxa de desemprego historicamente baixa. No entanto, ao longo do horizonte de projeção, o menor crescimento da população, associado à redução dos fluxos migratórios, limitará a evolução do emprego e da atividade.

No horizonte de projeção, o crescimento económico é mais apoiado na procura interna do que na média do período 2020–24.

O PIB deverá crescer a uma taxa média anual de 2,0% em 2025–28, um valor próximo do observado em 2020–24, com contributos (líquidos de conteúdos importados) de 1,5 pp da procura interna e de 0,5 pp das exportações (1,0 pp e 0,9 pp, respetivamente, em 2020–24). A procura interna beneficia da robustez do mercado do trabalho e do impulso da política orçamental e dos fundos europeus, em particular em 2025–26. Em 2027–28, o investimento perde dinamismo com o fim do PRR.

Os constrangimentos demográficos sobre a oferta de trabalho implicam também menores aumentos do emprego ao longo do horizonte de projeção, com reflexos no rendimento disponível das famílias e no consumo privado. As exportações desaceleram em 2025, num enquadramento internacional volátil, projetando-se uma recuperação gradual nos anos seguintes.

O aumento do rendimento disponível das famílias será mais contido em 2025–28, refletindo-se num abrandamento do consumo privado e numa redução da taxa de poupança, que se manterá ainda assim elevada em termos históricos.

Projetam-se crescimentos do consumo privado de 2,3% em 2026, 2,0% em 2027 e 1,7% em 2028. O rendimento disponível real, após o forte aumento em 2024-25, em 1,3% em 2026, 2,1% em 2027 e 1,5% em 2028. Esta desaceleração reflete, em larga medida, o menor contributo das remunerações, num quadro de aumentos progressivamente menores do emprego e dos salários. A volatilidade na variação anual do rendimento é explicada pelo impacto contemporâneo e desfasado das medidas orçamentais.

A taxa de poupança, após o aumento marcado em 2024-25 deverá reduzir-se num quadro de diminuição das taxas de juro e da incerteza. No entanto, não deverá regressar aos valores observados no período pré-pandemia, situando-se em 11,3% no final do horizonte. O nível das taxas de juro continuará a implicar incentivos ao aforro que estiveram ausentes durante o período anterior à pandemia, caraterizado por taxas de juro muito baixas. A sucessão de choques recentes (pandemia, surto inflacionista, elevada incerteza geopolítica) poderá também ter levado as famílias a manter maiores poupanças por motivo de precaução. Apesar do dinamismo recente do rendimento disponível real, a confiança dos consumidores não recuperou os níveis pré-pandemia. Este menor otimismo refletirá, em parte, as perceções dos consumidores relativas à inflação, que apesar de se terem reduzido face ao pico atingido no surto inflacionista, se mantêm em valores muito superiores à média dos últimos dez anos. O ajustamento lento destas perceções, tal como das expetativas de inflação, implica que os indivíduos tenderão a subestimar as variações do seu rendimento em termos reais, o que se reflete nas suas decisões de consumo e poupança.

O crescimento das exportações deverá reduzir em 2026, apesar da aceleração do comércio mundial, esperando-se uma evolução em linha com a procura externa nos anos seguintes (crescimento de 2,7%, em média).

No primeiro semestre de 2025, o comércio mundial registou um forte dinamismo, resultante de uma antecipação de transações face à subida anunciada de direitos aduaneiros — para evitar aumentos de preços e eventuais estrangulamentos nas cadeias de fornecimento — e do forte crescimento dos fluxos relacionados com os investimentos em inteligência artificial. As exportações portuguesas não acompanharam o dinamismo da procura externa neste período (variações homólogas em termos reais de 0,9% e 4,5%, respetivamente). Em contraste com o desempenho favorável dos últimos anos, os exportadores portugueses de bens perderam quota em termos nominais nos mercados da UE, de forma relativamente generalizada por produto. A evolução das exportações extra-UE sugere também uma perda de quota nestes mercados. No

caso das exportações para os EUA, não há evidência de efeitos de antecipação no início do ano, observando-se uma redução homóloga no primeiro trimestre e no acumulado até dezembro, em termos nominais. Relativamente às exportações de serviços, uma análise preliminar da evolução da quota no mercado da UE aponta para que se tenham continuado a verificar ganhos nos serviços de telecomunicações, informação e comunicação, mas perdas no turismo. Neste último setor, a quota no mercado da UE já se tinha reduzido nos anos anteriores, após ganhos significativos no período 2010–2021.

O setor exportador português enfrenta atualmente um contexto mais incerto e desafiante, refletindo o aumento das barreiras aduaneiras e a consequente reconfiguração do comércio mundial, a que se juntam pressões sobre a competitividade-preço associadas à apreciação do euro e aos aumentos relativamente elevados dos custos unitários de trabalho nos últimos anos. Entre o final de 2019 e o final de 2025, os custos de trabalho ajustados pela produtividade aumentaram 29,9% em Portugal e 20,2% no conjunto dos principais parceiros comerciais. Portugal inclui-se no grupo de países com taxas aduaneiras efetivas face aos EUA relativamente baixas, o que lhe confere vantagem face aos países concorrentes neste mercado. No entanto, o crescimento do comércio global será mais lento e os efeitos indiretos do aumento generalizado dos direitos aduaneiros dos EUA tenderão a ser negativos, refletindo uma maior concorrência decorrente do desvio de comércio de grandes parceiros, como a China, para a UE. Neste contexto, assume-se que a quota de mercado das exportações se mantém estável.

A inflação diminuiu para 2,0% no último trimestre de 2025 e permanecer em torno deste valor nos trimestres seguintes.

No terceiro trimestre de 2025, a inflação subiu para 2,3%, fixando-se em 2,0% em outubro e 2,1% em novembro. A subida no terceiro trimestre esteve associada aos preços dos bens alimentares, em particular dos não transformados, que registaram um aumento marcado, mas que se deverá revelar temporário tendo em conta as hipóteses para os preços das matérias-primas agrícolas. Em contrapartida, a componente energética manteve taxas de variação ligeiramente negativas ou próximas de zero desde março, num contexto de redução do preço do petróleo nos mercados internacionais. Excluindo bens alimentares e energéticos, a taxa de variação homóloga do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) manteve um perfil descendente ao longo de 2025, refletindo, em larga medida, o abrandamento do preço dos serviços.

Este abrandamento foi mais notório no preço dos serviços voláteis relacionados com o turismo, que após crescimentos elevados nos últimos anos (30,2% em 2022, 14,2% em 2023 e 5,5% em 2024), apresentou uma variação homóloga próxima de zero. O contributo do preço dos restantes serviços também se reduziu, mas a taxa de variação homóloga permaneceu em torno de 4% ao longo de 2025 (4,6% no ano anterior), o que poderá estar associado, em parte, ao ajustamento menos frequente de preço de alguns destes serviços. Em média anual, espera-se que a inflação se reduza para 2,1% em 2026 e estabilize em 2,0% em 2027–2028, permanecendo o diferencial de inflação face à área do euro próximo de zero, com base nas projeções do Eurosistema.

2.1 A Nível do Setor

O setor não lucrativo está a atravessar um período critico, dada a onda de desconfianças que se gerou nestes últimos anos, tendo um efeito negativo ao nível de financiamento destas instituições, nomeadamente com os donativos dos benfeitores.

3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

3.1 Estrutura de Rendimentos

Composição dos rendimentos em 2025 e 2024, a sua variação absoluta e relativa (%):

	Em cêntimos de Euro			
Descrição	2025	2024	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	64 919,78	62 305,61	2 614,17	4,2%
Subsídios à exploração	118 342,78	118 598,08	(255,30)	(0,2%)
Outros rendimentos	12 994,79	10 088,46	2 906,33	28,8%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,0%
Total da estrutura de rendimentos	196 257,35	190 992,15	5 265,20	2,8%

3.2 Estrutura de Gastos

Composição dos gastos em 2025 e 2024, a sua variação absoluta e relativa (%):

	Em cêntimos de Euro			
Descrição	2025	2024	Variação	Variação (%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	31 717,03	31 788,12	(71,09)	(0,2%)
Fornecimentos e serviços externos	27 861,04	32 091,23	(4 230,19)	(13,2%)
Gastos com o pessoal	126 220,58	114 741,50	11 479,08	10,0%
Outros gastos	2 117,76	821,61	1 296,15	157,8%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8 246,77	6 987,55	1 259,22	18,0%
Juros e gastos similares suportados	0,40	0,00	0,40	0,0%
Total de estrutura de gastos	196 163,58	186 430,01	9 733,57	5,2%

3.3 Pessoal

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

Descrição	2025	2024	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	126 220,58	114 741,50	11 479,08
N.º médio de colaboradores	7	7	0
Gasto médio por colaborador	18 031,51	16 391,64	1 639,87

3.4 EBITDA e Resultado líquido do período

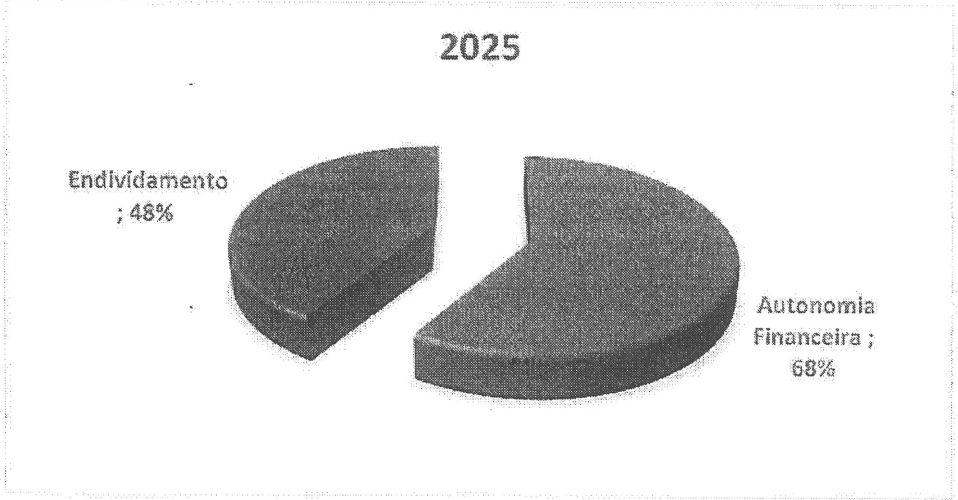
Do ponto de vista económico, o "EBITDA" e o "Resultado Líquido da Empresa", no período de 2025 e 2024, foi o seguinte:

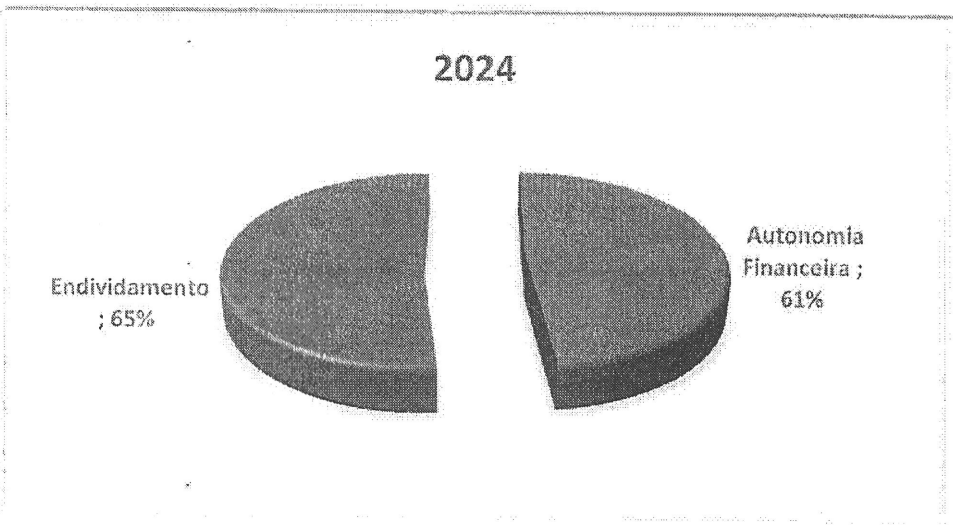
Descrição	2025	2024	Δ Absoluta	Δ relativa
EBITDA	8 340,94	11 549,69	(3 208,75)	-27,8%
EBITDA/ Volume de negócios	12,8%	18,5%	-5,7	-30,7%
Resultado líquido do período	93,77	4 562,14	(4 468,37)	-97,9%
Resultado líquido do período / Volume de negócios	0,1%	7,3%	-7,2	-98,0%

3.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

Descrição	2025	2024	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	68%	61%	7%
Endividamento	48%	65%	-17%





4 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1 Posição financeira

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Empresa através da análise dos seguintes itens de balanço:

ATIVO	31-12-2025	Peso %	31-DEZ-2024	Peso %	Variação 2025-2024
Ativo não corrente	89 973,21	79,1%	62 507,31	70,8%	27 465,90
Ativo corrente	23 793,14	20,9%	25 773,10	29,2%	(1 979,96)
Total Ativo	113 766,35	100,0%	88 280,41	100,0%	25 485,94
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital Próprio	77 114,89	67,8%	53 577,94	60,7%	23 536,95
Passivo não corrente	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Passivo corrente	36 651,46	32,2%	34 702,47	39,3%	1 948,99
Total Capital Próprio e Passivo	113 766,35	100,0%	88 280,41	100,0%	25 485,94

4.2 Indicadores de Gestão

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2025 e respetivos valores comparativos:

Indicadores de Gestão	2025	2024	Δ Absoluta	Δ em % face a 2024
Ativo Fixo Tangível (AFT)	88 223,61	60 757,71	27 465,90	45,2 %
Capital próprio	77 114,89	53 577,94	23 536,95	43,9 %
Capitais Permanentes	77 114,89	53 577,94	23 536,95	43,9 %
Equilíbrio dos capitais permanentes ((AFT+PI)/Cap.perm)	0,87	0,88	0,0	(0,9 %)
Margem de Lucro	51,1%	49,0%	2,2	4,4 %

Em análise ao quadro apresentado, este propicia os seguintes comentários:

- A variação ocorrida no "**Capitais permanente**" deve-se aos resultados positivos do exercício ;

4.3 Rácios financeiros mais relevantes

De seguida apresentam-se outros rácios financeiros relevantes referentes ao período de 2025 e 2024:

Outros rácios financeiros	2025	2024	Δ Absoluta	Δ em % face a 2024
Solvabilidade (CP/Passivo) em %	210,4 %	154,4 %	56,0	3 627,7 %
Liquidez corrente (Ativo corrente / Passivo corrente) em Euros	-12 858,32	-8 929,37	-3 928,95	44,0 %

4.4 Análise Económica

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no período findo em 2025, comparativamente com o período de 2024:

Análise Económica	Fórmula simplificada	2025	2024	Δ Absoluta	Δ em % face a 2024
Rendibilidade Liquida das Vendas (%)	RL / Volume de negócios	0,1 %	7,3 %	7,2	(9 802,7 %)
Rendibilidade do Ativo (ROA) (%)	EBITDA / Ativo	7,3 %	13,1 %	5.8	(4 396,0 %)
Rendibilidade do Capital Próprio (return on equity) (%)	RL / C. Próprio	0,1 %	8,5 %	8,4	(9 857,2 %)
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	Fornecedores / CMVMC * 365	99	97	3	2,7 %

Os indicadores de gestão, financeiros e económicos apresentados, indiciam que, a Associação, apresenta uma melhoria substancial dos indicadores económico-financeiros.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Associação no período económico findo em 31 de dezembro de 2025, alcançou o resultado líquido positivo de 93,77 Euros. Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Euros
Resultados transitados	21 628,17
DLRR	
Reserva legal	
Total	21 628,17

5 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ASSOCIAÇÃO

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que o futuro próximo a Associação tenha alguns problemas de financiamento das suas atividades, pelo que o apoio da Segurança Social é fundamental para o desenvolvimento da sua atividade.

5.1 RISCO DE CRÉDITO

5.1.1 CRÉDITOS SOBRE UTENTES

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Utentes, relacionados com a atividade operacional. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Utentes em conformidade com as condições negociadas.

5.2 RISCOS DE MERCADO

5.2.1 RISCO DE TAXA DE JURO

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a Empresa encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. Como regra geral a Empresa não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

5.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende as seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida; e,
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

6 COMPROMISSOS FINANCEIROS

A Associação não tem compromissos financeiros á data de 31/12/2025.

6.1 Acontecimentos após a data do balanço que não deram origem a ajustamentos

Após a data do balanço, não ocorreram acontecimentos que, tenham dado origem a ajustamentos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nossa atividade.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Associação

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, que compreendem o Balanço Individual, a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas e o Anexo Individual.

Sul , 14 de Abril de 2026

A Direcção

SULSOCIAL - ASSOCIAÇÃO
NIF: 509 775 934
BALANÇO INDIVIDUAL

Valores em Cêntimos de Euros

Descrição	31-dez-2025	31-DEZ-2024	Variação	Variação (%)
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	88 223,61	60 757,71	27 465,90	45,2%
Ativos intangíveis				
Outros investimentos financeiros	1 749,60	1 749,60		
	89 973,21	62 507,31	27 465,90	43,9%
ATIVO CORRENTE				
Inventários	678,13	490,05	188,08	38,4%
Clientes	4 360,10	5 383,16	(1 023,06)	(19,0%)
Estado e Outros Entes Públicos				
Diferimentos	1 174,95	2 119,36	(944,41)	(44,6%)
Ativos financeiros detidos para negociação				
Outros ativos financeiros	10 504,34	2 058,84	8 445,50	410,2%
Caixa e depósitos bancários	7 075,62	15 721,69	(8 646,07)	(55,0%)
	23 793,14	25 773,10	(1 979,96)	(7,7%)
TOTAL DO ATIVO	113 766,35	88 280,41	25 485,94	28,9%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL				
Resultados transitados	21 534,40	16 972,26	4 562,14	26,9%
Outras variações no capital próprio	55 486,72	32 043,54	23 443,18	73,2%
	77 021,12	49 015,80	28 005,32	1,00
Resultado Liquido do Período	93,77	4 562,14	-4 468,37	(97,9%)
Total do Capital Próprio	77 114,89	53 577,94	23 536,95	43,9%
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Financiamentos obtidos				
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	8 612,94	8 408,80	204,14	2,4%
Estado e outros entes públicos	3 447,03	3 666,57	(219,54)	(6,0%)
Financiamentos obtidos				
Outros passivos financeiros	24 591,49	22 627,10	1 964,39	8,7%
	36 651,46	34 702,47	1 948,99	0,05
Total do Passivo	36 651,46	34 702,47	1 948,99	5,6%
TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	113 766,35	88 280,41	25 485,94	28,9%

Direção:

Contabilista Certificado:

34204

SULSOCIAL - ASSOCIAÇÃO
NIF: 509 775 934
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Valores em Cêntimos de Euros

Descrição	2025	2024	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	64 919,78	62 305,61	2 614,17	4,2%
Subsídios à exploração	118 342,78	118 598,08	(255,30)	(0,2%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(31 717,03)	(31 788,12)	71,09	(0,2%)
Fornecimentos e serviços externos	(27 861,04)	(32 091,23)	4 230,19	(13,2%)
Gastos com o pessoal	(126 220,58)	(114 741,50)	(11 479,08)	10,0%
Outros rendimentos	12 994,79	10 088,46	2 906,33	28,8%
Outros gastos	(2 117,76)	(821,61)	(1 296,15)	157,8%
EBITDA - Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	8 340,94	11 549,69	(3 208,75)	(27,8%)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(8 246,77)	(6 987,55)	(1 259,22)	18,0%
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	94,17	4 562,14	(4 467,97)	97,9%
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	(0,40)		(0,40)	
EBT - Resultado antes de impostos	93,77	4 562,14	(4 468,37)	97,9%
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	93,77	4 562,14	(4 468,37)	97,9%

Direção:

Contabilista Certificado:

34204

SULSOCIAL

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2025

Índice

1 Identificação da Entidade 3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 3
3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 3
3.1 Bases de Apresentação 4
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração 5
4 Ativos Fixos Tangíveis 8
5 Custos de Financiamentos Obtidos 9
6 Inventários 9
7 Rédito 10
8 Subsídios do Governo e apoios do Governo 10
9 Benefícios dos empregados 10
10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais 11
11 Outras Informações 11
11.1 Créditos a receber 11
11.2 Outros ativos correntes 12
11.3 Diferimentos 12
11.4 Caixa e Depósitos Bancários 12
11.5 Fundos Patrimoniais 12
11.6 Fornecedores 13
11.7 Estado e Outros Entes Públicos 13
11.8 Outros passivos correntes 13
11.9 Subsídios, doações e legados à exploração 13
11.10 Fornecimentos e serviços externos 14
11.11 Outros rendimentos 14
11.12 Outros gastos 14
11.13 Resultados Financeiros 15
11.14 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros 15
11.15 Investimentos Financeiros 15
11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados 15
11.17 Acontecimentos após data de Balanço 16

1 Identificação da Entidade

A SULSOCIAL é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social" com estatutos publicados pela Direção Geral da Segurança Social, averbamento nº 1, à inscrição nº 20/12, a fls. 166 verso do livro nº 13 das Associações de Solidariedade Social em 26/06/2017, com sede na Rua Principal nº 15 Sul – S. Pedro do Sul.

Tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção social da freguesia de Sul, no concelho do S. Pedro do Sul, bem como em toda a medida do seu poder, para toda a população necessitada de qualquer outra freguesia da zona a que possa valer, nomeadamente, na valência de apoio domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com osquais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas"Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveisde gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	7 anos
Equipamento administrativo	8 anos
Equipamento Informático	5 anos

3.2.2 Investimentos Financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo,devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os "Créditos a receber" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Os "Financiamentos obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo como seguinte quadro:

0508-A	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (AFT)											
05081-I	Quantia Escriturada e Movimentos do Periodo em Activis Fixos Tangíveis											
DESCRIÇÃO			Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construçoes	Equipamento basico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamento biologico	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento por conta de AFT	Total
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
1	Quantia Bruta Escriturada Inicial	A5617	0,00	74 300,34	54 858,38	32 150,01	4 354,31	0,00	0,00	0,00	0,00	165 664,04
2	Depreciaçao acumuladas iniciais	A5618	0,00	28 712,38	47 939,66	21 535,00	4 354,29	0,00	0,00			102 541,33
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	A5619	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
4	Quantia liquida estruturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	A5620	0,00	45 587,96	6 919,72	10 615,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	63 122,71
5	Movimentos do periodo (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	A5621	0,00	-1 182,62	-268,59	26 552,12	-0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	25 100,90
5.1	Total das adições	A5622	0,00	0,00	2 319,72	33 043,95	349,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35 712,67
Adições	Aquisições em 1.ª mão	A5623	0,00	0,00	2 319,72	33 043,95	349,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35 712,67
	Aquisições atraves de concentrações de actividades empresarias	A5624										0,00
	Outras aquisições	A5625										0,00
	Etimativa de curso de desmantelamento e remoção	A5626										0,00
	Trabalho para a propria entidade	A5627										0,00
	Acréscimos por revalorização	A5628										0,00
	Outras	A5630										0,00
5.2	Total das diminuições	A5630	0,00	1 182,62	2 588,31	6 491,83	349,01	0,00	0,00	0,00	0,00	10 611,77
Diminuições	Depreciação	A5631	0,00	1 182,62	2 588,31	4 126,83	349,01	0,00	0,00			8 246,77
	Perdas por imparidade	A5632										0,00
	Alienações	A5633	0,00	0,00	0,00	2 365,00	0,00	0,00	0,00			2 365,00
	Abate	A5634										0,00
	Outras	A5635								0,00		0,00
5.3	Reversões de perdas por imparidade	A5636										0,00
5.4	Trnsferencias de AFT em curso	A5637										0,00
5.5	Transferencias de/para activos não corente detido para a venda	A5638										0,00
5.6	Outras transfrencias	A5639										0,00
6	Quantia liquida estruturada final (6 = 4+ 5)	A5640	0,00	44 405,34	6 651,13	37 167,13	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	88 223,61
7	Quantia de garantia de pasivo e/ou titularidade restringida	A5641										0,00

5 Custos de Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	2025			2024		
Descrição	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Gastos financiamento	0,40	0,00	0,40	0,00	0,00	0,00
Total	**0,40**	**0,00**	**0,40**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025, os inventários.

0519-A	IVENTÁRIOS				
05191-a	APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONS				N,S,M
DESCRICÃO			Mercadorias	Materias primas, substancias de	Total
			(1)	(2)	(2)
1	Inventários iniciais	A5876	0,00	490,05	490,05
2	Compras	A5877	0,00	31 905,11	31 905,11
3	Raclassificcão e regularizacão de iv	A5878	0,00	0,00	0,00
4	Inventários finais	A5879	0,00	678,13	678,13
5	Custo das mercadorias vendidas e d	A5880	0,00	31 717,03	31 717,03
	(5=1+2+3-4)				

7 Rédito

Para os períodos de 2025 foi reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição			Actividades Económicas			
			Actividades CAE	Actividades C	Actividades C	Total
			88101	0	0	(4)
1	Vendas (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	A6041	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1	Mercadorias	A6042	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2	Produtos acabados e intermédias, subprodutos, desperdícios, residuos e refugos	A6043	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3	Activos biológicos	A6044	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Prestações de serviços	A6045	64 919,78	0,00	0,00	64 919,78
3	Compras	A6046	31 905,11	0,00	0,00	31 905,11
4	Fornecimentos e serviços externos	A6047	27 861,04	0,00	0,00	27 861,04
5	Custo das mercadorias vendidadas e das matérias consumidas (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3)	A6048	31 717,03	0,00	0,00	31 717,03

19 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025				2024		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			69.413,70			64.352,11
IEFP	Não Reembolsável			5.626,63			3.024,98
Outras entidades	Não Reembolsável			0			0
Doações e Heranças	Não Reembolsável			43.302,45			51.220,99
Total		**0,00**	**0,00**	**63.735,78**	**0,00**	**0,00**	**118.598,08**

20 Benefícios dos empregados

São 4 os elementos que compõem os órgãos sociais.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2025 foi de 7.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	103.295,07	92.641,04
Indemnizações	1.098,94	0
Encargos sobre as Remunerações	20.248,62	20.174,39
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.557,95	964,10
Outros Gastos com o Pessoal	20,00	961,97
Total	**126.220,58**	**114.741,50**

21 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

22 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, sãodivulgadas as seguintes informações:

11.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	4.360,10	5.383,16
Total	4.360,10	5.383,16

11.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024,

a seguintedecomposição:

Descrição	2025	2024
Fornecedores		
Adiantamentos a fornecedores		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber		
Entidades do Sector Publico Administrativo		
IGFSS		
Outros devedores e credores		
Cartão Pingo Doce	944,34	2.058,84
Utentes/Associados	2.060,00	
PRR Mobilidade Verde	7.500,00	
Total	10.504,34	2.058,84

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.174,95	2.119,36
Outros - Rendas		
Total	1.174,95	2.119,36
Rendimentos a Reconhecer		
Total	1.174,95	2.119,36

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	223,32	62,68
Depósitos à Ordem	6.852,30	15.659,01
Depósitos a Prazo		
Total	**7.075,62**	**15.721,69**

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados Transitados	16.972,26	4.562,14		21.534,40
Total	16.972,26			21.534,40

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores		
Fornecedores c/c	8.612,94	8.408,80
Total	8.612,94	8.408,80

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Activo		
IVA - A Recuperar		
Total		
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	228,00	402,00
Segurança Social	3.219,03	3.264,57
FCT e FGCT	0	0
Total	**3.447,03**	**3.666,57**

11.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Pessoal	**6.568,06**	**6.537,12**
Outras operações - penhoras		
Outras contas a pagar	17.612,10	16.089,98
Remunerações a Liquidar	17.612,10	16.089,98
Outras despesas diferidas		
Outros credores	**0**	**0**
Outros	0	0
Total	**24.180,16**	**22.627,10**

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios das entidades públicas	75.040,33	67.377,09
Doações e heranças	43.302,45	51.220,99
Total	**118.342,78**	**118.598,08**

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	40,00	
Serviços especializados	7.220,51	11.990,10
Materiais	2.105,52	667,59
Energia e fluídos	14.538,39	15.800,98
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços diversos	3.956,62	3.632,56
Encargos com Utentes		
Total	**27.861,04**	**32.091,23**

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos suplementares	6.135,91	4.540,39
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.213,57	1.032,46
Outros Rendimentos	5.645,31	1.403,77
Juros obtidos		
Total	**12.994,79**	**10.088,46**

11.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Dívidas incobráveis		
Outros	2.117,76	821,61
Apoios concedidos a associados e utentes		
Total	2.117,76	**821,61**

11.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0,40	0
Total	**0,40**	**0**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0	0
Total	**0**	**0**
Resultados Financeiros	**-0,40**	**0**

11.14 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Activo		
Quotas	1.184,00	1.460,00
Total	1.184,00	1.460,00

11.15 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Outros investimentos Financeiros		
FCT	1.749,60	1.749,60
Total	1.749,60	1.749,60

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2025, foi o seguinte:

- Apoio Domiciliário : 25 utentes

11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Sul, 14 de Abril de 2026

O Contabilista Certificado

34204

A Direção